

ISSN 0100-2953



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1.º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

VOLUME LXXIX

**SÃO PAULO
1984**

A FACULDADE DE DIREITO, A POESIA E A HISTÓRIA

BRASIL BANDECCHI

Em 1940, Ulysses Guimarães organizou uma antologia com o título *Poesia sob as Arcadas*, Coleção “XI de Agosto”, vol. 10, que reúne poetas que cursaram a tradicional Faculdade do Largo São Francisco no período de 1935-1940. Prefaciou-a o consagrado mestre Alcântara Machado, lembrando que, por volta do ano de 1890, Cesar Bierrembach teve a iniciativa de se colocar na fachada da Academia, encimando as três portas principais, lápides de mármore com os nomes dos poetas Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela, e comenta que “seria natural, tratando-se de uma escola de direito, que os homens assim consagrados como numes tutelares fossem escolhidos, dentre os juristas, mestres ou discípulos do insigne instituto: Rui, Teixeira de Freitas, Ribas, Ramalho, Pimenta Bueno...”

Entretanto, tal não se dera e os nomes consagrados eram de três poetas... que, dizemos nós, nenhum dos três chegou a receber a láurea de bacharel.

Ernesto Leme, em discurso pronunciado no dia 17 de agosto de 1941, ao falar dos *três poetas* já se referia ao fato.

Mas a razão dos moços da época terem escolhido poetas é porque a poesia é obra principalmente da mocidade, enquanto a produção jurídica é fruto da maturidade. E é por este motivo que por ocasião das comemorações da fundação dos cursos jurídicos, o “XI de Agosto” publicou uma antologia poética e não monografias de direito.

Alcântara Machado termina seu breve, porém veemente, prefácio com estas palavras: “Não recusemos os nossos aplausos àqueles que mantêm ardente, à sombra das arcadas, a flama divina da beleza; e que nesta hora tristíssima, em que assistimos

estarecidos ao triunfo insolente da força brutal e da violência desabusada, provam tão lindamente a sua devoção pelas cousas do espírito, descobrindo e mostrando na poesia a maneira mais eficaz e mais bela, de que dispõe o homem, para se evadir das trevas, em que procura sepultá-lo a desumanização crescente do mundo.”

A Faculdade foi fundada por uma imposição histórica. Um país independente devia ter sua formação jurídica própria, de conformidade com a mentalidade do seu povo, com a vocação nacional. Fruto das idéias liberais da época, absorveu-lhe a filosofia política e sempre lutou por ela.

Libero Badaró e Júlio Frank foram seus iniciadores, mas não podemos nos esquecer de Avelar Brottero que também era um liberal e que chegara ao Brasil fugido das perseguições dos absolutistas portugueses.

São Paulo passou a ser um centro literário com a instalação do Curso Jurídico. Se tivemos manifestações literárias, tentativas, sem expressão, como se pode ver na publicação *Poetas da Academia do Senado da Câmara de São Paulo*, anotada por Domingos Carvalho da Silva e prefaciada por Antonio Soares Amora. E, no prefácio, está que nos “discursos e poemas que constituíram a Academia realizada na sala maior do Senado da Câmara de S. Paulo e dedicada ao Governador Bernardo José de Lorena, no dia 17 de dezembro de 1791, dia em que se comemorava o aniversário de D. Maria Ia. e se inaugurava a *importantíssima obra* do prédio do mesmo Senado da Câmara e da Cadeia.” Esta era uma academia votiva, com objetivo de festejar o aniversário da rainha, na pessoa de José Bernardo de Lorena, digamos, era uma sessão literária, que varou a noite e avançou pela madrugada. Depois disto, pouco ou nada se sabe de sua existência.

Com a Faculdade de Direito a literatura, em São Paulo, tomou rumo certo e firme.

A Academia de Direito começou a nos dar os seus poetas.

Inaugurado o Curso Jurídico em 1.º de março de 1828, em 1830 já era um efervescente núcleo liberal, já se encontrava em São Paulo, vindo do Rio de Janeiro, o médico e jornalista Libero Badaró, que em seu periódico *O Observador Constitucional* publicava artigos contra o absolutismo reinante e em sua casa reunia o escól da mocidade acadêmica que comungava, como ele, as idéias de liberdade que nos vinham da Europa, por via das sociedades secretas.

A queda, em 1830, de Carlos X da França, extremado absolutista, repercutiu em todo o mundo civilizado e, em São Paulo, encontrou, nos estudantes de direito manifestantes dos mais ardorosos. A polícia de D. Manoel Andrade, vice-presidente e bis-

po de São Paulo, diga-se de passagem um mau caráter e muito detestado, entrou em ação e acabou com a manifestação dos liberais. Houve prisões, violência... processos...

O jornal de Líbero Badaró ficou ao lado dos jovens e o seu famoso artigo publicado anteriormente, *Liberdade de Imprensa*, acirrou os ânimos absolutistas, e o grande jornalista foi assassinado no dia 20 de novembro de 1830.

Aqui, acreditamos, aparece o primeiro soneto escrito por um acadêmico de direito, ligado a um fato histórico relevante. Seu autor é o então aluno do 1.º ano, José Marciano Gomes Batista, natural de Minas Gerais, colaborador da Revista da Sociedade Filomática, e que veio a ser deputado, por sua província natal no biênio 1846-1847. Ordenou-se padre em 1832. Eis o soneto:

“Seja-te leve a terra, ó grande! ó justo!
Corajoso escritor, da pátria esteio.
Outrora ela te viu, sem vil receio,
regar da liberdade o tronco augusto.

Perigos venceste, subjugaste o susto,
ao despotismo audaz puseste um freio,
viste de bençãos mil, de glória cheio,
triunfar a razão, mas não sem custo.

Ah! se podem ecoar na Eternidade
os tristes ecos de maguado pranto,
que em nós excita funeral saudade,

atende lá do Empíreo sacrossanto,
à dor pungente, à lugubre ansiedade,
do Brasil, que, em perder-te, perdeu tanto.”

A passagem de Badaró, por São Paulo, foi meteórica. Com sua morte, vem logo, como para substituí-lo, Júlio Frank, jovem professor alemão, liberal e fundador, em São Paulo, da célebre Burschenschaft, cujo nome foi abasileirado para Bucha. A mesma influência que a Maçonaria teve no processo da Independência a Bucha teve na proclamação da República. Em nosso livro *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*, Editora Parma, 1982, estudamos a participação dessa sociedade nos eventos políticos de nossa terra. Júlio Frank morreu em 1841, e por ser protestante não podia ser enterrado em templo católico, razão pela qual foi sepultado na própria Faculdade de Direito, em túmulo que, mais que centenário e tombado como monumento histórico, lá se encontra para a veneração dos que o visitam. O maçom, Passos Ourique que viria a pertencer à Loja Piratininga, por ocasião da

morte de Frank, seu amigo, escreveu sentidos versos, chorando a morte do amigo, e que assim terminam:

“Oh tu, Júlio feliz, benquistó Júlio,
que desfrutas na plácida mansão
dos seres virtuosos
divinal compensação,
acolhe os sentimentos de amizade,
a sã posteridade
do respeito e de amor, com que teu nome
há de ser transmitido com renome!”

Júlio Frank sempre inspirou poetas e prosadores e, na revista *O XI de Agosto*, número de setembro de 1933, Afrânio Zuccoloto, então aluno da Faculdade de Direito, publicou o seguinte soneto:

“No Túmulo de Júlio Frank

Primeiro, foi o adeus furtivo e ardente,
e a pequenina lágrima que róla...
Um navio que te traz ocultamente,
e, ao longe, uma silhueta que se evóla...

E aqui vieste ter. Indiferente
à leve alacridade que consola,
foste o mentor gentil daquela gente
que estudanteava, então, por esta Escola.

Foste tão bom! Tanto afeto inspiravas,
na auréola de mistério que irradiavas!
Com tanto ardor amaste a mocidade,

que, quando a Morte te arrastou consigo
para a marmórea quadra de um jazigo
inda ficaste aqui na Faculdade!”

Sobre os corpos de Badaró e Frank cai a pedra fria dos seus túmulos e dos seus túmulos se irradiava, pelo tempo afora, a chama ardente da liberdade.

Pedro Ivo, herói popular da Revolução Praieira (Pernambuco 1848) inspirou dois dos maiores poetas que passaram pela Faculdade de Direito: Álvares de Azevedo e Castro Alves. Os praiheiros (liberais unidos aos republicanos) deram combate aos conservadores que se achavam no poder e, derrotados, seus principais chefes foram condenados à prisão perpétua na Ilha Fernando de Noronha. Pedro Ivo conseguiu fugir das garras dos conser-

vadores, mas foi preso em Alagoas, e enviado para o Rio de Janeiro encarceraram-no no Forte de Laje, de onde escapou e de viagem para a Europa, veio a falecer. Em 1852, foram todos os envolvidos no movimento anistiados.

Alvares de Azevedo canta em seu poema *Pedro Ivo*, escrito em 1850:

“Era filho do povo — o sangue ardente
as faces lhe assomava incandescente
quando cismava do Brasil a sina...”

“A fronte envolta em folhas de loureiro
não a escondemos, não!... Era um guerreiro!
Despiu por uma idéia a sua espada!
Alma cheia de fogo e mocidade,
que ante a fúria dos reis não se acobarda,
sonhava nesta geração bastarda
glórias... e liberdade!”

E termina:

“Perdão, por vossa mãe! por vossa glória!
Pelo vosso porvir e nossa história!
Não mancheis vossos louros do futuro!
Nem lisonjeiro incenso a nódoa exime!
Lava-se o poluir de um leito impuro,
lava-se a palidez do vício escuro,
mas não se lava um crime!”

Castro Alves compõe poema de igual nome em 1865 e coloca na boca do revolucionário versos como estes:

“Pernambuco! Um dia eu vi-te
dormindo imenso ao luar,
com os olhos quase cerrados,
com os lábios quase a falar...
Do braço o clarim suspenso,
— o punho no sabre extenso,
de pedra — *recife* imenso,
que rasga o peito do mar...

Eu disse: Silêncio, ventos!
Cala a boca, furacão!
No sonho daquele sono
perpassa a Revolução!

Este olhar que não se move
'Stá fito em — Oitenta e Nove —
lê Homero, escuta Jove...
— Robespierre — Danton."

E o poema termina fazendo menção à sua morte em pleno oceano, que lhe serviu de túmulo:

"Que importa se o túmulo ninguém lhe conhece?
Nem tem epitáfio, nem leito, nem cruz?...
Seu túmulo é o peito do vasto universo,
do espaço — por cúpula — as conchas azuis!..."

...Mas contam que um dia rolara o oceano
seu corpo na praia, que a vida lhe deu...
Enquanto que a glória rolava sua alma
nas margens da história, na areia do céu!..."

A história na obra de Castro Alves tem muita presença. Nos *Escravos* retrata o momento doloroso em que viviam os negros, mas, também, canta o século, nos seus primeiros versos. É um grito de revolta contra as infâmias da época:

"O século é grande... No espaço
há uma drama de treva e luz.
Como Cristo a liberdade
sangra nos postes da cruz."

"Quebre-se o cetro do Papa,
faça-se dele uma cruz.
A púrpura sirva ao povo
pra cobrir os ombros nós."

A campanha pela libertação dos escravos é uma página fortemente poética que a história incorporou definitivamente. O *Navio Negreiro* é a página maior e o seu ponto alto, apoteótico; as estrofes finais o seu ponto culminante: "Auriverde pendão da minha terra,/ que a brisa do Brasil beija e balança,/ estandarte que a luz do sol encerra/ e as divinas promessas da esperança..."

O *Navio Negreiro* foi escrito em São Paulo, em 1868, quando ele e Ruy Barbosa integravam a Loja América, essencialmente abolicionista e republicana.

Nessa mesma época outro grande poeta, natural de Santo Amaro, São Paulo, terçava armas pela libertação dos escravos e mais, pela República, Paulo Eiró.

Jamil Almansur Haddad na *Introdução a Paulo Eiró*, publicada na segunda edição de *Sangue Limpo* (Revista do Arquivo Municipal, n.º CXIX, São Paulo, 1949) acentua que “reside na poesia social a grande importância de Paulo Eiró. Romantismo literário e romantismo filosófico (...) e agora o romantismo político, fazendo-o paladino de ideais generosos de liberdade. Foi poeta republicano e abolicionista, coisa espantosa para o tempo.”

Paulo Eiró nasceu em 1836 e matriculou-se na Faculdade de Direito em 1859, não tendo terminado o curso, pois, por doença mental, foi internado no Hospital dos Alienados, hoje quartel do Exército, no Parque D. Pedro II. Em 1861 foi levado à cena o drama abolicionista de sua autoria *Sangue Limpo*, publicado em São Paulo, em 1863. A ação passa-se em S. Paulo desde 25 de agosto até 7 de setembro de 1822.

No prefácio, datado de 1.º de setembro de 1862, Paulo Eiró escreve:

“Penso eu que o presente deve ser o preparador do futuro; e que é dever de quantos têm poder e inteligência, qualquer que seja a sua vocação e o seu posto, do poeta tanto como do estadista, apagar essas raias odiosas, e combater os preconceitos iníquos que se opõem à emancipação completa de todos os indivíduos nascidos nesta nobre terra. Essa grande revolução, infalível porque é lógica, triunfante porque é santa, não há de ser contemplada pelos mais mancebos de hoje; restar-nos-á porém a glória de haver-lhe aplainado o caminho.

Não será dramático desenrolar a velha bandeira do Ipiranga, e nela apontar como antítese monstruosa a nódoa negra da escravidão, verme nojoso que rói a flor de nossas liberdades? Não será dramático mostrar o que fizeram nossos pais, e o que nós temos de fazer para coroar sua obra?”

Vejamos agora o poema que mais caracteriza o seu espírito republicano, escrito em 1854:

“Meu Deus! se eu visse neste céu da pátria
gracioso ondear pendão vermelho
e o renome dos Cláudios, dos Carvalhos
seus filhos refletirem como espelhos;
tambores da república tocando
nas praças a rebate.
Oh sonho, o mais querido, o mais dourado
dos meus sonhos de vate.
Os ecos do futuro mais felizes
estrugirão ao vozear sublime,
que o povo eleva em fraternal abraço,
que seus votos legítimos exprime.

Não há de irradiar em minha fronte
essa aurora de glória?
Cantar não poderei os pátrios louros
nos campos da vitória?
Morrer pudera então em terra livre,
sob um poder que só do povo emana,
santo desígnio que as nações meditam,
elo final da liberdade humana!
Porém passam-se dias, volvem anos,
e sempre tronos, sempre soberanos!”

Não fosse a demência que o acometeu, não teríamos a destruição de muitos dos seus trabalhos, pois suas idéias não se coadunavam com as da época, por serem, para o tempo, avançadas. Além da introdução de Jamil Almansur Haddad e da Notícia Bibliográfica de autoria do benemérito José A. Gonsalves, que se encontram na segunda edição de *Sangue Limpo*, temos o livro de Afonso Schmidt, *A Vida de Paulo Eiró* seguida de uma coletânea inédita de suas poesias organizada, prefaciada e anotada por José A. Gonsalves (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940), onde o leitor terá boas informações sobre o infeliz poeta santamarense, pois sua obra ainda não teve a divulgação que merece, tanto pelo seu significado histórico como literário.

Outro poeta, bem pouco conhecido, é Felix da Cunha (Rio Grande do Sul, 1833-1865). Estudou na Faculdade de Direito de 1850 a 1854. Seu livro *Poesias*, editado em 1874, por seu irmão, o diplomata Francisco Cunha, teve uma segunda edição pela Livraria Editora Freitas Bastos, em 1933. Seu livro inclui diversas poesias dedicadas ao 7 de Setembro, uma delas em que imagina José Bonifácio, o Patriarca, ressuscitado para festejar o dia da Independência. Mas o Andrada recua, soluça, e a custo fala:

“Oh! pátria que eu salvei do despotismo!
Só vejo a corrupção que te avassala,
não te conheço!... E se afundou no abismo.”

Contemporâneo de Garibaldi, que lutara em sua terra natal, na Guerra Farroupilha, dedica-lhe uma longa poesia, da qual citamos esta estrofe:

“Tua pátria é o mundo inteiro:
onde há trevas, és luzeiro;
onde há livres — cidadão;
contra os déspotas, soldado;
és anjo de salvação!”

Na sua passagem pela Faculdade do Largo São Francisco, revelou-se patriota e amante da liberdade, conforme se pode ver na obra de Almeida Nogueira, vol. IX, e na de Spencer Vampré, vol II, em que tratam da história das venerandas Arcadas.

Da Guerra do Paraguai temos um poema inspirado pelo heroísmo do negro liberto, do 42 *Voluntários de São Paulo*, o corneta paulista Jesus que morreu no combate de 24 de maio de 1866 (Primeira Batalha de Tuiuti), tocando *avançar*. Já estava com um braço gravemente ferido e com o outro sustinha a corneta e tocava firmemente, quando teve este braço também amputado e já sem forças caiu por terra, arrancando o último som marcial.

José Bonifácio, o Moço, cantou o feito heróico do corneta Jesus. Reproduzimos a primeira e a última estrofe:

“Toca, toca, avança, avança!
São horas de combater;
são horas, ninguém descansa,
ninguém... vencer ou morre!
Por toda a parte a peleja,
feia, convulsa, doudeja,
sinistro o clarão seduz!
Mais se enovela a batalha,
mais torvelinha e se espalha,
toma a corneta, Jesus!”

Tua glória vaga no ar,
é quase sagrado mito;
o mármore pode quebrar,
não dura sempre o granito,
na solidão esquecido,
pobre, sem tumulto, perdido,
sem pedra, sinal ou cruz,
tu simbolizas o povo,
tu és quase um Cristo novo,
tens o seu nome — Jesus!”

No dia 19 de fevereiro de 1868, uma parte da esquadra brasileira comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Delfim Carlos de Carvalho, na Guerra do Paraguai, conseguiu abrir passagem pelo Forte de Humaitá, razão pela qual o comandante do feito recebeu o título de Barão da Passagem.

O feito, dada a importância para os destinos da guerra, repercutiu no Brasil e grandes manifestações foram realizadas. Achava-se no Rio de Janeiro, nesse momento, o jovem poeta Cas-

tro Alves, que vinha transferido da Faculdade de Direito de Recife para a de São Paulo. No entusiasmo do momento compôs a poesia *Pesadelo de Humaitá*, que foi declamada, no mês de março, diante da multidão em delírio, do balcão do prédio do *Diário do Rio de Janeiro*, e publicada no número do dia 5 de março, desse mesmo jornal.

“Fere estes ares, estandarte invicto!
Povo, abre o peito para a nova vida!
Talvez agora o pavilhão da pátria
açoite altivo Humaitá rendida.
Sim! pela campa dos soldados mortos!
Sim! pelo trono dos heróis, dos reis!
Sim! pelo berço dos futuros bravos
o vil tirano há de beijar-lhe os pés.”

Possivelmente, com o correr do tempo, o poeta não tenha gostado desta poesia, pois na edição crítica de sua obra, Editora Nacional, vol. 1.º, 1938, p. 301, Afrânio Peixoto informa que, no original, Castro Alves escreveu à margem da poesia: “não se publica.” Parece-nos que a Guerra do Paraguai não inspirou os poetas acadêmicos. Castro Alves, ao que tudo indica, parou por aí. Nesse mesmo ano de 1868, chegou ele a São Paulo, e no dia 3 de agosto caiu o gabinete liberal presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos e subiu o conservador Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres). No dia 13 de agosto a mocidade acadêmica de São Paulo ofereceu um almoço, no Hotel de France, a José Bonifácio, o Moço, professor da Faculdade, e considerado um dos maiores liberais do país. O estudante Rui Barbosa, contemporâneo de Castro Alves, nessa ocasião pronuncia o seu primeiro discurso público, repudiando o golpe de estado que elevara ao governo o Partido Conservador.

Com os liberais deixa a presidência de São Paulo, Saldanha Marinho, sendo substituído pelo Barão de Itaúna, que na volúpia de ganhar as eleições, cometeu com artil, as maiores arbitrariedades conforme narra Vinício Stein Campos no artigo *Prudente de Moraes e os Pródromos do Movimento Republicano Paulista* (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. LIV, ano 1957), o que deve ter desgostado profundamente a mocidade liberal do Largo São Francisco, colocando-a contra o governo.

Fagundes Varela, natural do Rio de Janeiro, Município de Rio Claro, nasceu em 1841 e morreu em 1875. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Entre outras obras é autor do poema *Anchieta ou o Evangelho das Selvas* e de *O Estandarte Auriverde*. O primeiro, publicado em 1875, é um grande poema, mas foge ao espírito do nosso trabalho, enquanto o

segundo é sentido na exaltação do momento em que o fato histórico se deu e como tal exalta o ânimo do patriota ferido no seu brio com a prepotência que ofendia a pátria, pois seu objeto é a famosa Questão Anglo-Brasileira, mais conhecida como Questão Christie, que levou ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. Esta questão teve sua origem em dois incidentes. O primeiro foi o naufrágio de um navio inglês nas costas do Rio Grande do Sul e cuja carga desaparecera. William Christie, ministro inglês no Brasil, exigiu o pagamento da indenização de 3.200 libras pela mercadoria perdida, na certeza que havia sido roubada. O segundo incidente deu-se em 1862, quando três oficiais ingleses, completamente embriagados, promoveram desordens na Tijuca, no Rio de Janeiro, e a autoridade policial no estrito cumprimento do seu dever os trancafiou, como se faz com bêbados e arruaceiros. Christie tomou as dores dos oficiais e recebeu o ato regular e lícito como ofensa à marinha de sua majestade britânica, exigindo que as autoridades brasileiras fossem severamente punidas, sob pena de tomar medidas drásticas. Não foi, como não podia ser, atendido, razão pela qual ordenou ao Almirante Warren que apreendesse cinco navios brasileiros, o que provocou indignação dos brasileiros que protestaram veementemente. A questão foi submetida ao arbitramento do Rei Leopoldo I, da Bélgica, que deu ganho de causa ao Brasil. Assim mesmo, D. Pedro II fez questão de pagar as 3.200 libras pelo suposto saque ao navio inglês. Em 1865 a Inglaterra pediu desculpas ao Brasil, por intermédio do Ministro Edward Thornton e restabeleceram-se as relações diplomáticas. Pediu desculpas mas não devolveu o dinheiro...

No momento de exaltação, em 1862 e 1863, vozes se ergueram, contra a prepotência do ministro inglês e, em prosa e verso, protestaram contra o atentado aviltante à soberania nacional.

Lafayette Rodrigues Pereira escreveu uma série de artigos que mais tarde vieram a ser enfeixados em um pequeno livro.

Na poesia, acreditamos, a grande foz foi a de Fagundes Varela, no poema *O Estandarte Auriverde*. Varela, um espírito altamente religioso apesar de sua vida desregrada, ao dedicar o poema aos brasileiros, escreve logo abaixo da dedicatória: "Creio que Deus é Deus e os homens livres." E no prefácio diz:

"Não há coração Brasileiro que não transborde de ódio e indignação, à leitura das exigências insultantes e continuadas do governo Inglês, para com esta bela terra da América!"

A invocação inicial termina com estes versos:

"Oh! terra de meu berço — oh, pátria amada,
ergue a fronte gentil ungida em glórias

de uma grande nação!
Quando sofre o Brasil, os Brasileiros
lavam as manchas ou debaixo morrem
do santo pavilhão!”

Depois dirigindo-se ao povo:

“Não ouvis?... Além dos mares
braveja ousado bretão!
Vingai a pátria ou valentes
da pátria tombai no chão!”

A William Christie chama de “diplomata insolente — ave maldita / entre as brumas do norte aviventada...”

A São Paulo tece um hino glorioso, do qual daremos a mostra de duas estrofes apenas:

“Terra da liberdade!
pátria de heróis e berço de guerreiros,
tu és o louro mais brilhante e puro,
o mais belo florão dos brasileiros!”

“Eia! — Caminha, o Partenon da glória
te guarda o louro que premia os bravos!
Voa ao combate repetindo a lenda
— Morrer mil vezes que viver escravos!”

Quando Bittencourt Sampaio escreveu a letra do *Hino Acadêmico* musicado por Carlos Gomes, colocou uma referência ao doloroso, para não dizer vergonhoso, episódio:

“Orgulhoso o bretão lá dos mares
respeitar-nos então há de vir.”

E já que nos referimos ao *Hino Acadêmico*, não resistimos ao desejo de citar a estrofe que, em nosso entender, é a mais bela que nele se contém:

“O Brasil quer a luz da verdade,
e uma coroa de louros também,
só as leis que lhe deem liberdade
ao gigante das selvas convém.
Vossa estrela reluz radiante,
oh! erguei-a vós todos, com fé,
esse imenso colosso gigante
trabalhai por erguê-lo de pé!”

Bilac abandonara o curso de medicina no Rio de Janeiro e, em 1887, veio para São Paulo a fim de conquistar carta de bacharel, o que acabou não acontecendo, tendo abandonado os estudos após três anos de curso. Enfim, nem médico nem advogado. Poeta o que era e o que seria a vida toda. Três anos ficou em São Paulo, onde trabalhou no *Diário Mercantil*, de Gaspar da Silva ao qual fora apresentado por Raimundo Corrêa, com uma bela e longa carta de recomendação. "É com imensa satisfação que te apresento agora o cantor de *Delenda Cartago*, e poeta ardente da *Tentação de Xenócrates*, meu particular amigo Olavo Bilac, um dos mais belos e robustos talentos da nova geração."

São Paulo tornou-se um centro de agitação liberal, republicana e abolicionista. Ainda ecoam nas Arcadas os versos ardorosos de Castro Alves, os profundamente meditados de Fagundes Varela e o byronianos de Álvares de Azevedo. Aos grandes nomes do passado somavam-se os grandes nomes dos seus, então, contemporâneos.

Voltou para o Rio sem a carta de bacharel e nunca mais tentara diplomar-se em coisa alguma.

Em 1915 retornou a São Paulo e pronunciou o famoso discurso que deu origem à Liga Nacionalista, a qual teve como chefe a grande figura de Frederico Vergueiro Steidel. Nessa época escreveu o soneto, dedicado a São Paulo, que termina desta forma:

"Operário modesto, abelha pobre,
de vós e para vós o mel fabrico,
e abençoo a colméia que nos cobre,

só do labor geral me glorifico;
por ser da minha terra é que sou nobre,
por ser de minha gente é que sou rico."

A Liga Nacionalista prestou grande serviços a São Paulo e promoveu campanhas que marcaram época. Na Revolução de 1924 auxiliou a população ameaçada por uma situação trágica o que foi mal compreendido pelos militares federais, e levou Artur Bernardes a suspender suas funções por seis meses. Este fato magoou profundamente a Vergueiro Steidel que encerrou as atividades da Liga. Isto em 1924. Em 1926 foi fundado o Partido Democrático e Steidel assinou em segundo lugar a ata de fundação, sendo que o primeiro signatário foi o Conselheiro Antonio Prado.

Era presidente da República o Dr. Washington Luís e para sucedê-lo apresentaram-se dois candidatos: Júlio Prestes, candidato oficial, do PRP e Getúlio Vargas, da oposição, e governador

do Rio Grande do Sul. O Partido Democrático apoiou Getúlio Vargas. Júlio Prestes saiu vencedor. Com isto estoura a Revolução de 30, que, vitoriosa, pôs Getúlio na chefia do governo provisório da nação.

O desprestígio de São Paulo uniu o velho Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático contra Getúlio e vem a Revolução de 1932, que levantou o povo na luta sagrada pela reconstitucionalização do país.

Se a Revolução de 30 não inspirou, pelo menos em São Paulo, poesias patrióticas, ou mesmo marciais, a de 32 teve esse condão. E ainda continua sua gloriosa legenda constitucionalista a incentivar a alma dos poetas a cantar o amor à lei, à justiça e à liberdade.

No ardor da luta, entre muitos, dois poetas sobressaíram — o primeiro Guilherme de Almeida e o segundo Pedro Ribeiro de Oliveira Neto.

Mas não só eles, obviamente, que merecem destaque.

Ibraim Nobre, por exemplo, escreveu um verdadeiro poema em prosa quando esculpia no mármore do tempo o *Minha terra, minha pobre terra*.

Citaremos, em primeiro lugar, um soneto de Francisco Pati que se intitula *Casa Paulista*

“Paulista, a tua casa é um santuário! Dir-se-ia
que um perfume de incenso anda espalhado no ar...
Casa farta e feliz, casa onde ergueste, um dia,
um trono para o bem, para o amor um altar.

Nem a insídia soez, nem a inveja sombria
podem, sob este teto amigo, prosperar;
ressoam nesta casa a lealdade e a alegria,
como em fundo de concha os murmúrios do mar.

Ó tu que vens de longe, atrás de pão e abrigo,
— companheiro ou rival, amigo ou inimigo,
bom ou mau, pobre ou rico, esfarrapado ou rei —

sacode, antes de entrar, a poeira dos teus passos,
cai de joelhos à porta, estende ao céu os braços:
desta casa partiu um soldado da Lei!”

Francisco Pati formou-se pela Faculdade de Direito em 1923, e é autor do livro *O Espírito das Arcadas*, editado pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1950, e prefaciado pelo então presidente da Associação, Dr. Lúcio Cintra do Prado.

Inúmeros poetas cantaram a Revolução Constitucionalista na época em que ela eclodiu, dois porém, antigos alunos da Faculdade do Largo São Francisco, poderão, a nosso ver, representar os demais: Guilherme de Almeida e Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, o primeiro da turma de 1912 e o segundo da turma de 1930, tendo sido presidente do Centro Acadêmico "XI de Agosto."

No 25.º aniversário da Revolução de 32, a Copacabana gravou um long-playning, *São Paulo de 32*, contendo na face A, uma crônica de Cesar Ladeira, *25 anos depois*; e três poesias de Oliveira Ribeiro Neto, *Terra de Glória*, *Ao Herói Desconhecido* e *Glorificação* e, na face B, quatro de Guilherme de Almeida, *Nossa Bandeira*, *Moeda Paulista*, *Credo* e *Oração ante a última Trincheira*, todas musicadas por Alceu Bocchino e declamadas por César Ladeira, que foi o locutor mais entusiasta do movimento.

Ouçamos *Credo*, de Guilherme de Almeida:

"Creio em São Paulo todo-poderoso,
criador, para mim de um céu na terra:
e num Ideal Paulista, um só, glorioso,
nosso senhor na paz como na guerra,
o qual foi concebido nas "bandeiras",
nasceu da virgem alma das trincheiras,
padeceu sob o jugo de invasores;
crucificado, morto e sepultado,
desceu a vil inferno dos traidores,
mas para um dia ressurgir dos mortos,
subir ao nosso céu e estar sentado
à direita do Apóstolo-Soldado,
julgando a todos nós, vivos e mortos.
Creio no pavilhão das Treze Listas,
na santa união de todos os Paulistas,
na comunhão da Terra adolescente,
na remissão da nossa pobre gente,
numa ressurreição do nosso bem,
na vida eterna de São Paulo — Amém!"

De Pedro Oliveira Ribeiro Neto, citaremos *Terra de Glória*:

"Bem sei que um dia hei de voltar-te ao seio
para fundir-me em ti num mesmo anseio,
meu São Paulo de amor. Terra de Glória!
Nunca mais sentirei tua saudade.
Tu passarás comigo à eternidade,
eu viverei contigo a tua História!
Piratininga heróica! do meu peito
há de nascer o reseiral perfeito

a coroar-te os feitos de vitória.
Verás! ensinarei aos passarinhos,
entre os meus braços, a cantar dos ninhos
o meu hino de amor. — Terra de Glória,
e chamarei então aos quatro ventos
o valor, a energia, os sofrimentos
dos soldados leais da tua história.
e quando o teu caráter insofrido
der nos clarins o toque de sentido
chamando a reunir para a Vitória,
meu corpo se erguerá do meu jazigo,
minha alma há de marchar junto contigo,
Meu São Paulo de amor, Terra de Glória!”

Na revista *Paulistania*, órgão oficial do Clube Piratininga, n.º 81, 1977, publicamos uma poesia de nossa autoria, intitulada *Carta Singela*. Um jovem voluntário de 32 encontrava-se num hospital de guerra e escrevia ao pai, e inicia a carta dizendo que outro escrevia por ele, pois uma granada havia levado o seu braço direito e procurando confortar o pai termina dizendo:

“Perdi um braço isso não importa
resta-me outro para lutar.”

Com o falecimento de Guilherme de Almeida, em 1969, não esmaeceu o facho poético que o autor de *Nós*, manteve sempre aceso, pois outro paulista e grande poeta continuou a cantar a gente e a gesta piratiningana, Paulo Bomfim. Paulo Bomfim matriculou-se na Faculdade de Direito mas não completou o curso, porém poucos se encontram tão ligados à tradicional academia franciscana.

Vejamos, agora, os versos que ele dedcou ao M.M.D.C.:

“Nesta clareira de glória
o ontem sempre é vigília
velando pelo futuro,
e as passadas do passado
vão unindo para sempre
povo e chão da nossa História.
Somos um só nesta hora,
somos a terra que chora,
somo paisagem que lembra,
somos os mortos que vivem,
somos São Paulo escrevendo
com o sangue do que crê,
a sigla sacralizada

com seu M de martírio
com seu M — mocidade
com seu D que é seu destino
com seu C tão coração,
maio M M D C
brasilidade paulista
Trinta e dois passos na História
nesta clareira de glória!”

Paulo Bomfim é autor do verso mais significativo que conhecemos sobre a Revolução Constitucionalista:

“Antes houvesse Itararé.”

Em 1939, informa o poeta José Malanga, organizou-se na Faculdade o Trio do Sino, formado por ele, Malanga, Gilberto Maglioca e Anibal Carneiro Giraldes Sobrinho e pela primeira vez foram cantadas as *Trovas Acadêmicas*, cujo estribilho são os famosos versos de Tobias Barreto:

“Quando se sente bater
no peito heróica pancada
deixa-se a folha dobrada
enquanto se vai morrer.”

A música e as trovas eram de autoria de José Malanga. Os versos de Tobias, estão no Monumento ao Soldado de 1932, que se encontra no pátio da Faculdade e são da poesia escrita em 1864, *Capitulação de Montevideu*.

Entre as trovas de Malanga há uma que fala bem da alma acadêmica:

“A moça disse pra outra
com esse eu não me arrisco,
pois ele estuda direito
no Largo de São Francisco.”

Mas a quadra de Tobias Barreto e a melodia de Malanga têm servido para as ocasiões mais diversas e novas quadras vão aparecendo de autores diversos, sem que, na maioria das vezes, seus nomes sejam conhecidos,

No sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos, Paulo Bomfim escreveu trovas alusivas à data e que foram cantadas pelos moços... e pelos que apesar dos anos não envelheceram:

“O tempo que vai passando
não passa na Faculdade,
aqui sempre nos sentimos
com vinte anos de idade.

Quem entra na São Francisco
tem mais amor à verdade,
pois leva sempre no peito
a chama da liberdade!

Memórias da São Francisco
que eu guardo com emoção,
em cada canto do Largo
eu largo meu coração.”

No dia 4 de abril deste ano de 1983, no Salão Nobre da Faculdade teve início a campanha pela convocação da Assembleia Constituinte. O salão estava repleto e diversos oradores, debaixo de longos aplausos, falaram sobre o tema urgente e inadiável. Constituição legítima e não Carta Constitucional, que não é elaborada pelos representantes do povo especialmente eleitos com a finalidade de nos dar uma Constituição mesmo.

O Coral do “XI de Agosto”, em dado momento da solenidade, começou com o “quando se sente bater / no peito heróica pancada”, e cantou as quadras que seguem e que representam, no momento, agora, já, um dos maiores anseios do povo brasileiro:

“Lutando pela verdade
em pleno século vinte
a crença na liberdade
exige a constituinte.

O poder só é legítimo
quando ele emana do povo,
do fundo do coração
queremos constituição.

Da mesma forma queremos
Justiça e Liberdade
pra todos os cidadãos
viverem com equidade.”

Mas aqui é imperioso lembrar os versos de Ciro Costa:

“Ó velha e sempre nova Academia,
Ó bela mocidade a florescer.
Não a deixes morrer.”

E, depois, a ternura com que Mário Hoepfner Dutra canta:

“Velha Faculdade
que vive comigo
numa grande saudade!”

E, por fim, ouvir o *Canto de Glória*, de Oliveira Ribeiro Neto na apoteóse final do seu poema:

“Os teus dois patronos foram teu exemplo,
pois foi São Francisco que te deu a fibra,
pois que foi São Paulo que te deu a espada!
Hoje que estás rica, de pedra vestida,
toda rendilhada qual noiva garrida
do São Paulo novo dos arranha-céus,
hoje que não dormes sob os longos véus
de névoa e de garoa do São Paulo antigo
de ruas estreitas e falar pausado,
eu confio e espero em tua mocidade
que é a mesma sempre, velha Faculdade,
pois Rui, e Nabuco, e Rio Branco e mil outros
que deram à pátria seu nome grandioso
enchendo de luzes páginas da História,
vão mostrando aos moços, por felicidade,
que o teu nome sempre, minha Faculdade,
é a melhor das rimas para Liberdade
é a maior das chamadas para o altar da Glória!”

Ernesto Leme, da turma de 1919 e professor emérito da Faculdade em seu livro *A Sombra das Arcadas* (São Paulo, 1979), encerra a obra com o capítulo *As Velhas Tradições da Academia*, lembrando a famosa Festa da Chave, em que se transmitia simbolicamente a *chave*, “da turma que deixava a Faculdade, às turmas que ficavam.”

E o grande mestre nas derradeiras linhas do seu livro faz um apelo que ainda espera pela resposta que já vai tardando:

“E urge que a tradição desse simbolismo se restabeleça. Nós, professores, estamos nisso empenhados: e contamos, para tanto, com a colaboração da classe acadêmica. A chave simbólica, neste edifício de pedra e cimento, seja, como outrora, o traço de união entre os antigos e os novos estudantes, uns e outros porfiando em manter intacto o patrimônio cultural e moral da Academia.”

**POSSE DE BRASIL BANDECCHI, LYCURGO SANTOS FILHO
E RAUL DE ANDRADA E SILVA NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS**

Discurso pronunciado pelo Dr. Archimedes Pereira Guimarães recebendo Pedro Brasil Bandecchi, Lycurgo de Castro Santos Filho e Raul de Andrada e Silva no I. H. G. M. G., em 11 de dezembro de 1981:

“Coube-me a honra insigne de saudar VV. SS., nobres confrades paulistas, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais por designação do eminente presidente da Casa de João Pinheiro, em razão da posse de VV. SS. como sócios correspondentes deste egrégio sodalício. Vou procurar atender a tão alta distinção com as pequenas luzes do meu engenho, na esperança de um perdão ao final da arenga que vou pronunciar.

A V. S., sr. dr. Pedro Brasil Bandecchi, membro ilustre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História, prende-me um laço especial de estima, pois V. S. nascido em 30.4.1917, investigou os primórdios da Liga Nacionalista de São Paulo que, vinda do ano anterior, de conversas no escritório do professor Frederico Vergueiro Steidel, naquele milésimo, buscava orientar as elites do nosso Estado para uma singular peleja em torno de alevantados ideais. Quis a fortuna que o engenheirando de então figurasse entre os seus fundadores, em meio àquela pleiade pujante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, com a missão de pregar os princípios da Liga Nacionalista no arredio ambiente politécnico. A época aconselhava, senão mesmo exigia, uma arrancada para certas práticas do civismo imprescindíveis para o soerguimento das virtudes adormecidas do País.

V. S. estudou as origens do espírito liberal da Academia de Direito, desde a influência decisiva de dois estrangeiros, João Batista Líbero Badaró e João Julio Godofredo Luís Frank, arautos das famosas “luzes do tempo”, ou seja, da oposição nascente ao absolutismo. V. S. analisou a empolgante jornada de Olavo Bilac, de alerta, diante da confusão e dos perigos que cercavam a nacionalidade. Dizia o aedo imortal que o amedrontava a míngua de ideal, a onda desmoralizadora do desânimo, a indiferença transformada em lei moral e no egoísmo. Imperava o analfabetismo e na engrenagem eleitoral “a marroteira política”. Pregava Bilac, como salvação, o serviço militar obrigatório, isto é, “o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão”, sendo a caserna “um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram”. E foi assim que se instalou, no Rio de Janeiro, a Liga de Defesa Nacional, com notáveis brasileiros à sua van-

guarda, e, em São Paulo, fundamos nós, moços das escolas superiores, o Batalhão Acadêmico, de saudosa lembrança.

Estender-me sobre a benemerência da Liga Nacionalista que visava implantar o voto secreto obrigatório, facilitar a criação de linhas de tiro, defender o ensino da língua pátria e exaltar a grandeza da nossa História e dos seus pró-homens, não vale ir além da lembrança da sua ação intemerata por ocasião da influenza "espanhola", ou em face da insurreição militar que atingiu São Paulo em 1924. Há escolas do primeiro grau que perduram, a demonstrar o valimento de tão magnífica instituição, que desapareceu, intempestivamente, por um ato precipitado do governo da República. Covém ainda, acrescentar que no Congresso da Mocidade de 15.11.1917, todo um contingente de escól encheu o Teatro Municipal para oferecer ao Presidente Wenceslau Braz a sua presença nas frentes de batalha em oposição ao pangermanismo de Guilherme II.

V. S. foi além na sua pesquisa, enveredando pelas obscuras veredas da *Burschenschaft Paulistana*, a misteriosa sociedade secreta, filantrópica, que dominou com o seu silêncio um século da existência das arcadas da Faculdade do Largo de São Francisco, e que, nos primórdios deste vigésimo se desdobraria na *Landsmanschaft* e depois, na *Jugendschaft*, para instalar-se, também, na Escola Politécnica e na Faculdade de Medicina. Penetrando em seu cipoal, V. S. caracterizou os meandros da Maçonaria, identificando-a com a filantropia liberal, desde os rumores da Inconfidência e os acordes da Independência, em que se distinguiram tantos pedreiros-livres, incluindo-se por uma contingência dos acontecimentos o próprio Príncipe Regente, até a campanha pela República e o Grão Mestrado de alguns de seus mais fogosos propagandistas. Irmanando a Maçonaria à *Burschenschaft*, trazida da velha Alemanha pelo enigmático Julio Frank, de cultura enciclopédica, V. S. reviveu um capítulo interessante das ricas tradições paulistanas, pois que na *Bucha*, se enquadraram nomes veneráveis da crônica do Brasil, já então estimados pela idoneidade moral e pela projeção entre os contemporâneos.

V. S. é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e advogado militante. Dando expansão à sua sede de escrever publicou "o Município no Brasil e sua Função Política" e Doutor em Ciências Humanas, em História, V. S. fez imprimir uma "História Econômica e Administrativa do Brasil", "História da Civilização Brasileira", "Anti-Tordesilhas", "Origem do Latifúndio no Brasil" obras essas já em várias edições a provar a valia de seus estudos. Em "Cadernos de História", coleção de que V. S. é editor, estão sendo divulgadas cousas raras de se encontrar, tais como crônicas, diários, relações, de Martim Afonso de Souza, de Pero Lopes de Souza, de Pedro de Magalhães Gandavo, de José de

Anchieta, de André João Antonil e de outros, modernos, que à história pátria buscam emprestar os seus talentos. E V. S. com as suas preciosas Introduções e Notas ilustrou-as, recompensando-nos dessas transcrições às vezes enfadonhas.

Em “A Origem do Latifúndio no Brasil” e “Problemas da Imigração na Região Sul”, V. S. traça um roteiro seguro da colonização do território e formação da grande propriedade no País, “desde as sesmarias primitivas até a posse pela apropriação de vastas áreas incultas e abandonadas”, fenômeno esse que ocorre ainda hoje, a despertar inquietações e problemas para os poderes constituídos.

V. S. foi vereador à Câmara Municipal de São Paulo de 1948 a 1951 e de 1952 a 1953; Secretário de Educação e Cultura de um grande Prefeito, Armando de Arruda Pereira, nome muito grato ao coração dos rotarianos como Presidente que foi de Rotary Internacional, e quando Governador do Estado de São Paulo o estimado colega e amigo Lucas Nogueira Garcez. Como amos-tra de sua movimentação no legislativo da cidade de São Paulo, V. S. reuniu em volume suas intervenções intitulado “De Braille a Ruy Barbosa”, discursos que comprovam a versatilidade do seu intelecto, pois que abordam o seu interesse pela imprensa, por bibliotecas para os cegos, pelo menor abandonado, por uma mais equitativa distribuição de rendas, pelo Museu de Arte Moderna, por um código para o operário municipal, pelo abastecimento do leite, pela figura impar do grande orador baiano.

V. S. é ademais poeta, visto que em “Barqueiros do Tietê e outras poesias” extravasou o seu estro de delicada sensibilidade, coloquial, espontâneo, lira “entranhadamente paulistana”, evocativa e alegre. P. Poeta, porque conforme sua própria confissão, um emotivo, um sonhador, um enamorado da beleza e porque “poesia é libertação”. Ao acaso: V. S. canta as ruas de sua terra, desse “São Paulo confuso”, ruas estreitas e largas, ruas de todos os jeitos, comportados, direitinhas, ruas cheias de defeitos, ruas com casas antigas, que sabem de muitas histórias, ruas de casas novas e favelas transitórias” molhadas de garoa, cheias de becos escuros e de muita cousa à tôa, ruas banhadas de estrelas ou de sol segundo a hora, com Igrejas de São Francisco e da Virgem Nossa Senhora, Capela dos Enforcados e do Beco dos Aflitos”, o São Paulo das chaminés marchado para o Infinito São Paulo que é coração, é pedra, cimento e ferro”, com “gente de todas as cores, pátrias religiões e mulheres desgarradas no jogo das tentações”.

Benvinda seja a sua presença entre nós, de Minas Gerais, nobre confrade Brasil Bandecchi!